

DA AFONIA À VOZ DAS CRIANÇAS NAS PESQUISAS: UMA COMPREENSÃO CRÍTICA DO CONCEITO DE VOZ

■ NATÁLIA FERNANDES

<https://orcid.org/0000-0001-7697-4803>

Universidade do Minho

■ LUCIANA FRANÇA SOUZA

<https://orcid.org/0000-0002-8241-3567>

Universidade do Minho

RESUMO

A investigação com crianças é um campo em desenvolvimento que tem contribuído para enfrentar a invisibilidade das crianças quer como objetos quer como sujeitos de pesquisa, trazendo-as para o centro, a partir do argumento de que o seu estatuto de sujeitos ativos de direitos e de atores sociais exige um comprometimento metodológico e ético que respeite essa sua condição. A consolidação da ideia de que as crianças são consideradas como sujeitos legítimos nos processos de construção de conhecimento requer da parte dos adultos investigadores um comprometimento ético apurado que convoque de forma respeitosa as vozes das crianças, sem as deixar invisibilizadas na voz do adulto que as interpreta. Neste texto, mobilizaremos questionamentos sobre o conceito de voz e reflexões acerca dos contextos nos quais essas vozes são produzidas. De que modo são consideradas as relações de poder que as influenciam? De que modo são consideradas as alteridades de adultos e crianças na produção dessas vozes? A resposta a essas questões tentará situar o conceito de voz no campo das complexidades que atravessam a pesquisa com crianças, trazendo para o centro do debate a relação adulto-criança como uma dimensão estruturante das opções metodológicas e análises interpretativas decorrentes dessas escolhas.

Palavras-chave: Voz. Silêncio. Pesquisa qualitativa. Crianças. Adultos.

ABSTRACT

FROM APHONIA TO CHILDREN'S VOICE IN RESEARCH: A CRITICAL UNDERSTANDING OF THE CONCEPT OF VOICE

Research with children is a field in progress that has contributed to face the invisibility of children both as objects and as subjects of research, bringing them to the center, because of their status as active subjects of rights and social actors which requires a methodological

and ethical commitment that respects this condition. The consolidation of the idea that children are legitimate subjects of knowledge (authoritative knowers), requires from adult researchers a refined ethical commitment that respectfully calls the children's voices, without leaving them invisible in the voice of the adult who interprets them. In this paper, we will mobilize questions about the concept of voice and reflections about the contexts in which these voices are produced. How are the power relationships considered? How are the alterities of adults and children considered in the production of these voices? What is the value of silences in research processes? To answer to these questions will situate the concept of voice in the field of complexities that cross the research with children, bringing to the center a debate about of an epistemological commitment to methodological and theoretical options and the way they are organized in order to respect the child as subject and author.

Keywords: Voice. Silence. Qualitative research. Children. Adults.

RESUMEN

DE LA AFONÍA A LA VOZ DE LOS NIÑOS EN LA INVESTIGACIÓN: UNA COMPRENSIÓN CRÍTICA DEL CONCEPTO DE VOZ

La investigación con niños es un campo en desarrollo que ha contribuido a enfrentar la invisibilidad de los niños como objetos y como sujetos de investigación, llevándolos al centro, basándose en el argumento de que su condición de sujetos activos de derechos y actores sociales requiere un compromiso metodológico y ético que respete esta condición. La consolidación de la idea de que los niños son considerados sujetos legítimos de conocimiento (conocedores autorizados) requiere de investigadores adultos un compromiso ético refinado que respete las voces de los niños con respeto, sin dejarlos invisibles en la voz del adulto que los interpreta. En este texto, mobilizaremos preguntas sobre el concepto de voz y reflexiones sobre los contextos en los que se producen estas voces. ¿Cómo se consideran las relaciones de poder que los influyen? ¿Cómo se consideran las alteridades de adultos y niños en la producción de estas voces? ¿Cuál es el valor de los silencios en los procesos de investigación? La respuesta a estas preguntas tratará de situar el concepto de voz en el campo de las complejidades que cruzan la investigación con los niños, llevando al centro del debate un compromiso epistemológico estructurante de las opciones metodológicas y teóricas y la forma en que se organizan para respetar al niño como sujeto y autor.

Palabras clave: Voz. Silencio. Investigación cualitativa. Niños. Adultos.

O conceito de voz na infância

O conceito de voz, sendo polissêmico, tem vindo a assumir na academia uma ampla visibilidade, ao mesmo tempo que é alvo de um relativo descaso no modo como é mobilizado. Acolhendo visibilidade a partir de paradigmas de investigação interpretativos e críticos, as investigações que consideram as vozes dos sujeitos da pesquisa como fonte principal para recolha de informação têm assumido uma significativa importância, sobretudo na área dos estudos da criança, área a partir da qual sustentamos esta reflexão.

Considerando que na sua etimologia, o conceito de voz deriva do latim *vox*, som, grito, fala, surgem-nos as primeiras contradições nesta reflexão, pois considerando um dos conceitos fundacionais – *infância* –, percebemos que o mesmo etimologicamente deriva de *in-fans*, alguém que não fala (do latim *fari*: dizer, falar). Das aparentes contradições e impossibilidades em assegurar uma voz a alguém que não fala, defendemos neste texto que as crianças falam e muito têm a dizer sobre os seus mundos de vida. Na defesa desse argumento, necessitamos, no entanto, convocar um pensamento crítico e prudente, que nos permita refletir acerca dos modos de produção de fala que são (ou não) assegurados às crianças nas suas vidas em geral e nos processos de pesquisa em particular.

Para a compreensão do conceito de voz, devemos considerar, tal como sugere Hymes (1996), dois tipos de liberdade: “[...] a liberdade de ouvir a voz e a liberdade de desenvolver uma voz que vale a pena ouvir [...]” (1996, p. 64). No caso das vozes das crianças, as duas liberdades confrontam-se com dificuldades acrescidas, podendo-se questionar: que possibilidades tem a criança de fazer ouvir a sua voz? Como pode a criança enfrentar as relações de poder que inevitavelmente se colocam

na sua relação com os adultos? Essas e outras questões serão desenvolvidas mais adiante, de modo a entendermos o conceito de voz de uma forma crítica indo além do modismo que o tem vindo a caracterizar.

Esse modismo é desafiado por Maybin (2012) quando a autora defende que as vozes das crianças “[...] são institucionalmente configuradas, dialogicamente emergentes e apropriadas de adultos, colegas e de documentos de tipo variado” (p. 15). Chamando a atenção para um conjunto de aspetos socioculturais, nomeadamente os recursos institucionais de que dispõe, bem como as dinâmicas intra e intergeracionais em que se acontece a produção da voz da criança, a autora ressalta a importância de um olhar atento aos processos de negociação em que crianças e adultos se envolvem, nomeadamente um conjunto de recursos institucionais, fontes de autoridade e dinâmicas interacionais, que se colocam nos processos de comunicação e influenciam tanto possibilidades de inclusão como de exclusão, como de silêncios como vozes.

Spyrou (2011) ressalta a esse propósito a importância de reconhecer como os contextos institucionais são constitutivos dos processos que produzem as vozes infantis, uma vez que as normas de regulação social articuladas a partir das instituições vão moldando as vozes das crianças, conforme os interesses e agendas do pesquisador. Para o autor, compreender a produção dessas vozes num determinado contexto de pesquisa, a partir de uma leitura crítica reflexiva das relações de poder que se estabelecem, é fundamental para trazer à tona novas possibilidades teóricas e metodológicas de produção e representação dessas vozes.

Acrescentamos, ainda, que desse desafio identificado por Spyrou (2011), deveremos considerar que a importância dada à oralida-

de como forma privilegiada de “dar voz” poderá ser um mecanismo de exclusão em procedimentos de resgate da voz das crianças nos processos de pesquisa, sabendo nós que a oralidade é uma forma de comunicação que não permite à criança mobilizar todos os significados que estão subjacentes às suas vidas, ao modo como constrói as suas relações.

Há muito que compreendemos que o conceito de voz na infância tem que ser olhado com outras lentes. Com lentes multifocais, progressivas, que permitam considerar múltiplas formas de comunicar, tal como defendia Malaguzzi (1999), para respeitar as 100 linguagens das crianças. Embora o caráter simbólico que se encerra no algarismo 100, destacam-se com essa metáfora de Malaguzzi, as heterogêneas formas de comunicação que a criança utiliza, antes de o mundo adulto a conformar à utilização da oralidade enquanto ferramenta privilegiada de comunicação humana. Da linguagem gráfica, à linguagem simbólica, à linguagem motora ou ainda à linguagem oral, todas elas devem ser consideradas, de acordo com Malaguzzi, como formas dignas de comunicação, de modo a tornar visível e audível o que a criança quer comunicar. Logo, quando falamos de voz, no caso das crianças, não podemos considerá-la enquanto sinônimo de oralidade, sob pena de sermos profundamente desrespeitadores da alteridade da criança; ela deve ser considerada a partir da heterogeneidade de todas as possíveis formas que as crianças utilizam para comunicar.

Estudos da criança e a voz das crianças - contributos e limitações

Os avanços no campo dos estudos da criança, através do aumento das produções teóricas nas quais as crianças são consideradas atores, são inegáveis. Desde a década de 80 do

século XX que temos assistido a uma mudança paradigmática importante, deslocando o foco adultocêntrico da pesquisa tradicional sobre a infância, para um outro em que as perspectivas das crianças passam a ter, também, lugar.

Pressupostos como a criança enquanto um ator social, com uma ação socialmente relevante, como um sujeito com direitos e um ser competente nos seus mundos de pertença, defendidos por autores fundacionais da sociologia da infância (CORSARO, 2011; CHRISTENSEN; JAMES, 2007; FERREIRA, 2010, 2002; JAMES; PROUT, 1990; JAMES; JENKS; PROUT, 1998; JENKS, 1992; QVORTRUP, 1991; SARMENTO, 2000; FERNANDES, 2009; TOMÁS, 2011), permitirão desenvolver novas perspectivas metodológicas de forma a ultrapassar “versões estreitas” sobre a criança (WOODHEAD, 2004), que até então tinham sido reiteradas por discursos académicos e metodologias de investigação dominantes.

A área científica da sociologia da infância propõe, então, em alternativa, abordagens integradas de investigação que reconheçam, valorizem e explicitem pesquisas eticamente informadas com crianças, assumindo sempre que o investigador lida com dilemas éticos e as responsabilidades académicas e sociais que devem ser enfrentados tendo sempre presente o princípio do superior interesse da criança.

Esse comprometimento que se foi desenvolvendo, muito por conta dos desafios teóricos relativos ao modo como se entende a criança e a infância, encontra eco no que Hutchby e Moran-Ellis (1998) designam de “paradigma da competência”. Os autores defendiam naquela data que

[...] sem negar que os seres humanos se desenvolvem ao longo do tempo e que os comportamentos socialmente apropriados são aprendidos e não naturais, o paradigma da competência pretende considerar as crianças seriamente enquanto agentes sociais de direito próprio; analisar como é que as construções sociais de

infância não somente estruturam as suas vidas mas também são estruturadas pelas atividades das próprias crianças; e explica as competências sociais que as crianças manifestam do decorrer das suas vidas diárias enquanto crianças, com outras crianças e adultos, em grupos de pares e com as famílias, bem como também nas múltiplas arenas da ação social. (idem, p. 8)

O percurso foi, assim, sendo feito num clima fortemente “pró-voz” na medida em que a promoção da “voz infantil” se tornou uma espécie de cruzada moral, de acordo com Lewis (2010), avançando a autora que o principal objetivo dos pesquisadores na exploração da voz infantil está comprometido em minimizar o domínio do pesquisador na relação de investigação com a criança.

Interessante para essa discussão é a proposta de Cruddas (2007), que evitando o termo “voz” prefere o conceito de “vozes engajadas” operando dentro de um espaço socialmente construído. Cruddas (2007) defende que a noção de “voz do aluno” reproduz a distinção binária entre adulto e criança, professor e aluno, servindo para reforçar construções convencionais sobre a infância. O conceito de voz, para o autor, invoca uma construção essencialista, unitária, coerente, consistente e racional, defendendo em alternativa, que é mais útil mobilizar dimensões da voz enquanto socialmente construída, híbrida e múltipla, propondo, assim, o conceito de vozes engajadas, de adultos e crianças, operando num espaço discursivo intertextual e altamente provisório.

Esse conjunto de pressupostos foi, ao longo das décadas seguintes, mobilizado em novas formas de construir conhecimento acerca da infância, alterando significativamente os sujeitos envolvidos na pesquisa e as suas possibilidades de participação, os modos de fazer pesquisa e o conhecimento resultante dessas alterações, tendo sempre como lema orientador a indispensabilidade de fazer ouvir a “voz” da criança.

No que diz respeito ao primeiro aspecto – *os sujeitos envolvidos na pesquisa* –, construíram-se bases epistemológicas consistentes para demonstrar que as crianças, embora possuindo competências distintas das dos adultos, eram também sujeitos competentes e, para além do mais, quando comparados com os adultos, os únicos *experts* dos seus mundos de vida. Logo, no processo de construção de conhecimento deveriam assumir o seu lugar; um lugar de direito, enquanto alguém que possui uma voz reveladora de aspetos que não poderão ser desocultados de outra forma que não a partir delas. Os contributos teóricos que foram sendo dados para a defesa da imagem da criança enquanto ator social foram extremamente relevantes para esse desígnio. James e Prout (1990), que são indiscutivelmente os autores de referência, lançavam em 1990 o desafio de que

[...] as crianças devem ser vistas como sujeitos ativos na construção e determinação das suas vidas sociais, das vidas à sua volta e das sociedades em que vivem. Não podem ser vistos somente como sujeitos passivos das estruturas ou processos sociais (p. 8).

Desse repto iria resultar nas décadas seguintes um exponencial património de conhecimento acerca da infância, alicerçado em processos de pesquisa nos quais as crianças foram assumindo um papel principal.

Assim, no que diz respeito ao segundo – *os modos de fazer pesquisa* – os caminhos metodológicos que têm sido trilhados são significativos e bem diversificados, pelo que se torna significativo começarmos esta reflexão com a sistematização proposta por Kellet (2020), relativa ao modo como as crianças foram aparecendo nos processos de pesquisa, identificando a autora quatro possibilidades:

- Pesquisa *em* crianças – conjunto de medidas/experiências desencadeadas por adultos sobre crianças de modo a

provocar ou aferir determinados resultados. Acrescentamos nós, que nesse tipo de pesquisa a voz das crianças é invisibilizada dado o facto de não depender delas os modos de participação na pesquisa, havendo um controlo total da parte dos adultos, o que não permite equacionar um espaço para a voz da criança se poder fazer ouvir;

- Pesquisa *sobre* crianças – o pesquisador considera relevante para o seu projeto de pesquisa recolher informações sobre as crianças, com as quais têm de construir uma relação de pesquisa. Nessa relação de pesquisa, acrescentamos nós, o adulto tem o papel principal, sendo quem decide sobre os modos como/ quando a voz das crianças é mobilizada;
- Pesquisa *com* crianças – o pesquisador e as crianças envolvem-se em processos de colaboração, nos quais as vozes de ambos são importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse tipo de pesquisa, a voz das crianças, tal como a concebemos neste texto assume o protagonismo devido, sendo constantemente discutida e negociada entre adultos e crianças;
- Pesquisa *por* crianças – o pesquisador principal é a criança, que se envolve em dinâmicas de colaboração com adultos e outras crianças, sendo, no entanto, a responsável pela forma como o poder e a voz se colocam. Nesse tipo de pesquisa, acrescentamos nós, as relações de poder tradicionais entre adultos e crianças invertem-se, sendo agora a criança a protagonista que regula os modos, os tempos em que a sua voz e a voz dos adultos irão aparecer na relação de pesquisa.

Considerando as possibilidades de envolvimento das crianças na pesquisa propostas

por Kellet (2020), e em concreto as três últimas – pesquisa sobre/com/por crianças –, fomos avançando com algum detalhe quanto às possibilidades de audição da voz das crianças na pesquisa.

Parece-nos, no entanto, que a reflexão crítica acerca do conceito de voz das crianças na pesquisa exige um maior detalhamento metodológico e ético, sustentando-nos no facto de que as crianças são competentes na escuta, no questionamento, em assumir um lugar principal nos processos de pesquisa, desde que sejam asseguradas condições para que tal possa acontecer. Tais condições estão subordinadas a escolhas metodológicas que se devem reinventar de modo a assegurar que as variadas formas das crianças fazerem, falarem, serem e sentirem nos processos de pesquisa são respeitadas.

Dadas as características subjacentes ao conceito de voz da criança, é inquestionável que o paradigma qualitativo se apresenta como o mais apropriado para assegurar que as competências diferenciadas de comunicação que a criança possui possam ser consideradas, mobilizadas e relevantes nos processos de investigação que lhe dizem respeito. Os paradigmas que consideramos mais relevantes para assegurar que a voz das crianças possa encontrar o seu lugar são, de acordo com a classificação proposta por Denzin e Lincoln (2000), o paradigma construtivista e o paradigma participativo, uma vez que ambos valorizam aspetos como os significados, as crenças, as opiniões que os sujeitos atribuem aos seus mundos de vida. Valorizam uma compreensão holística da realidade, convocando, para tal, dimensões históricas, sociais, culturais e, acrescentaríamos nós, questões geracionais. Preocupam-se mais com as subjetividades do que com a definição de normas e regras gerais.

No trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da sociologia da infância,

e a partir da proposta de Sarmiento & Marchi (2008), relativa à sistematização das correntes teóricas na sociologia da infância: a corrente estrutural; a corrente interpretativa e a corrente crítica, que poderemos associar, no caso das duas primeiras, ao paradigma construtivista; e a terceira, ao paradigma participativo, avançamos com um exercício de procura por métodos de investigação que poderão assegurar de uma forma mais significativa espaço para que tais vozes possam fazer-se ouvir. É, especialmente, na corrente interpretativa e na corrente crítica da sociologia da infância, que encontramos possibilidades metodológicas mais potentes para a criança fazer ouvir a sua voz, através de métodos como a etnografia, o estudo de caso, os métodos biográficos, a investigação ação ou ainda a investigação participativa.

Todos esses métodos de pesquisa se sustentam em ferramentas de recolha de informação que se preocupam em criar condições para que o sujeito envolvido na pesquisa, de uma forma mais ou menos participativa, possa falar. Ferramentas de recolha de dados como as entrevistas, os grupos focais, a observação, o desenho, a fotografia, diários de bordo, recursos digitais como aplicações de telemóvel, técnicas de *role-play*, dentre outras, permitem ao investigador criar as condições para que os sujeitos envolvidos na pesquisa contribuam com a sua voz, trazendo as suas subjetividades, representações e todo um conjunto de outras dimensões que interessa de sobremaneira a essa possibilidade metodológica de construção de conhecimento.

À partida, dado esse enquadramento, poderíamos considerar que estamos de posse de um conjunto de ferramentas relevantes para que as vozes das crianças possam ir além da invisibilidade. Por que é que consideramos que tal não é, ainda, suficiente?

Discutiremos alguns desafios no ponto seguinte.

“Dar voz à criança” na pesquisa qualitativa: para além de métodos e técnicas, um compromisso epistemológico

A provocação que aqui fazemos é que não basta estar munido das ferramentas metodológicas consideradas potencialmente capazes de dar voz às crianças em contexto de pesquisa para assegurar que efetivamente a voz dessas é respeitada. Seria audacioso considerar que o enquadramento metodológico, associado a uma escolha minuciosa de “instrumentos para coleta de dados”¹ asseguram a audição das vozes infantis. É preciso estar comprometido ontologicamente, também, com os princípios da pesquisa qualitativa, que busca, através do desenvolvimento de uma posição reflexiva do investigador, superar o “culto instrumental” como um fim em si mesmo (REY, 2005):

A Epistemologia Qualitativa procura subverter tal princípio e converter a produção do sujeito, o complexo tecido informacional que este produz por diferentes caminhos, no material privilegiado para construir o conhecimento, rompendo assim, com um dos princípios mais arraigados do imaginário da pesquisa ocidental: o fato de compreender a pesquisa, em sua parte instrumental, como a aplicação de uma sequência de instrumentos, cujos resultados parciais serão a fonte do resultado final. (2005, p. 15)

Pisar o território da pesquisa qualitativa implica uma permanente articulação entre o uso de instrumentos e reflexões teóricas sobre os processos que caracterizam a produ-

1 No campo das metodologias qualitativas, parece problemática a utilização do termo “ferramenta de recolha de dados”, como afirma Oliveira (2016): “precisamos fazer um movimento de ruptura com a ideia de coleta, seleção e organização de dados e assumir a necessidade de “beber em todas as fontes” (p. 10). A autora se refere à necessidade de atentar para a complexidade dos contextos pesquisados, considerando que tudo que o investigador observa é importante, não havendo fragmentação entre dados a serem utilizados e dados a serem descartados.

ção do conhecimento. Essa atitude de constante reflexão é uma condição fundamental para evitar a primazia do instrumento e da sua utilização como critério de afirmação conclusiva, em detrimento de uma postura crítica e questionadora dos princípios metodológicos que sustentam a pesquisa em ciências sociais. Spyrou (2011) nos alerta para a importância de uma *consciência reflexiva* capaz de reconhecer como o papel de adulto impacta todo processo de pesquisa e a obtenção das vozes da criança.

A pesquisa qualitativa pressupõe a discussão permanente sobre o uso das metodologias e uma produção teórica reflexiva decorrente das várias formas de inteligibilidade produzidas pela pesquisa. Nesse sentido, dar a voz à criança sem a devida consciência epistemológica que sustenta a investigação qualitativa parece ser um empreendimento audacioso, sendo o inverso também verdadeiro, ou seja, qualquer processo metodológico, por mais organizado que esteja, depende também da robustez teórica que o inspira. No campo da investigação qualitativa, há que se perder a onipotência do empirismo em prol da construção de um conhecimento que não se esgota em si mesmo e nem propõe dar o que não tem a quem não precisa. É fundamental ir além de posicionamentos acrícos de dar voz, pois eles são profundamente contraditórios com os referenciais teóricos que sustentam a maior parte desses estudos e que apresentam a criança como ator social portador de voz.

O grupo dominante dos adultos, do lugar de poder que ocupam relativamente às crianças, deverá questionar-se, antes de mais, acerca do que encerra esse ato de “dar voz”. Anunciado, em muitos processos de pesquisa, descobre-se depois que os relatórios de pesquisa são reveladores de uma significativa afonia das vozes das crianças nos textos adultos que são feitos. James (2007) refere, nessa sequência, que dar voz às crianças não significa

simplesmente deixá-las falarem, complementando Fernandes & Marchi que:

A conceitualização *voz da criança* é uma categoria usada, muitas vezes, para falar de uma voz indiferenciada, independentemente de classe social ou cultura, o que, portanto, esconde também a questão da *diversidade*. O risco é quando não se acautela o contexto de produção dessa voz, ou seja, quando não se acautelam as condições adequadas para que a criança, em sua diversidade existencial, possa falar, salvaguardando que sua voz não seja apenas eco de algumas, porventura aquelas mais expressivas, que detêm mais poder ou maior protagonismo nas relações de pares e com os adultos. (2020, p. 5, grifos nossos)

Inquietações iniciais surgem, assim, das ideias de “produzir voz” ou “dar voz” às crianças, através da ação do adulto que investiga. Se for necessário dar a voz, significa que essa voz passará a ser notada ou entendida a partir dos recursos instrumentais utilizados pelo pesquisador que as escutou? Ashby (2011) refere a esse propósito que a vontade de dar voz pressupõe que a pessoa ou grupo pesquisado não tem voz e, portanto, necessita de alguém para trazer à tona as suas experiências. Nega, assim, que esses indivíduos tenham a sua própria voz e possam (e façam) optar por exercê-la. Ora, essa é uma questão central para os estudos da criança, que se sustentam numa dimensão ontológica de criança como sujeito portador de uma voz e ação social relevante. A dificuldade está em ir para além da dimensão epistemológica, ou seja, em honrar essa dimensão nos caminhos metodológicos que se definem para orientar os processos de pesquisa. Como acautelar que as relações de poder não coloquem o *outro* – criança – numa relação de dependência, na qual o contexto de produção de voz é influenciado e cerceado por relações de subalternidade entre crianças e adultos, é, sem dúvida, um desafio significativo.

A constante vigilância epistemológica que nos permita indagar criticamente os desafios inerentes ao desígnio de construir conhecimento científico com a participação e voz das crianças é, sem dúvida, uma condição básica para enfrentar o que Komulainen (2007) designa de ambiguidade da voz das crianças na pesquisa social. A autora defende que temos vindo a assistir a uma “cultura de consulta” das crianças nos processos de investigação a qual não é, no entanto, isenta de controvérsias. Defende que, antes de dar voz às crianças, necessitamos considerar que há ambiguidades na comunicação humana resultando as mesmas dos significados das interações sociais, dos discursos e das práticas sociais. Resultam, ainda, do facto de a voz da criança não poder ser considerada com um carácter individualizado, unitário.

Para Komulainen (2007), a voz é um fenómeno complexo, contextualizado e, baseando-se em Bakhtin, defende a ideia de que, para a compreensão das vozes das crianças, deveremos considerar outras dimensões, nomeadamente a *multivocabilidade* como uma alternativa ao conceito unitário e atomista de “voz” individual. Acrescenta, ainda que os investigadores devem zelar por não imporem uma voz às crianças, mas sim pensarem criticamente acerca do que poderá estar compreendido em tal voz, sendo a reflexividade uma estratégia essencial para garantir uma conduta ética na qual se assegure um reconhecimento da mediação do adultos e da construção das vozes em diferentes arenas.

A vigilância epistemológica, a qual nos referimos anteriormente, constitui-se numa atitude ética frente à pesquisa, na medida em que entendemos que é papel do investigador assegurar que as investigações vão além de subjetividades cartesianas, que não fiquem reféns de uma primazia metodológica instrumental (GALLACHER e GALLAGHER, 2008), concordando com Pereira quando defende que

Entendendo a ciência inserida na dinâmica social, cabe, portanto, não apenas indagar sobre como ela responde a essa condição dos diferentes e desiguais lugares sociais ocupados por crianças e adultos, mas também, em que medida ela se responsabiliza pela produção dessas condições. A ciência não pode se furtar a responder tais indagações uma vez que através dos seus especialistas – entre os quais estamos nós, a autora e os leitores deste texto – ela têm se outorgado legitimidade para dizer o que é a infância. Isso tem sido decisivo na própria concepção do que seja a infância enquanto experiência e na conformidade dessa concepção em face das transformações sociais. (PEREIRA, 2015, p. 58)

A autora nos ajuda a pensar o encontro como instaurador de uma ética que deve se propor a abrir mão da previsibilidade sobre o outro, como devem ser os encontros de investigação com as crianças². A título de ilustração, podemos imaginar as diversas respostas que as crianças podem dar diante das propostas dos adultos para mobilizar as suas vozes nos processos de pesquisa. É comum que as crianças ajam de maneiras inesperadas, contrariando a expectativa de participação do investigador: seja recusando-se a realizar a atividade proposta, seja fazendo-a de outra maneira e, em alguns casos, contribuindo para “sabotar” a agenda de pesquisa, seja ainda confrontando-nos com interpretações críticas acerca do seu e do nosso papel no processo de pesquisa. Nesse quesito, Gallacher e Gallagher (2008) alertam para o facto de que a própria dinâmica de construção

2 Sobre a ética na pesquisa com crianças, Fernandes (2006) discute alguns passos básicos para a consideração de um roteiro ético na investigação com crianças e apresenta ferramentas metodológicas que resgatam os princípios e aspectos éticos básicos num processo de investigação com crianças. Em outro trabalho (FERNANDES, 2016), a autora discute outros aspectos éticos relevantes na investigação com crianças, as relações de poder entre adultos e crianças, os desafios que decorrem das hierarquias protocolares e a invisibilidade epistemológica das crianças na pesquisa.

partilhada de uma agenda de pesquisa com as crianças é uma norma participativa baseada em ideais democráticos sim, mas do mundo adulto. Dessa forma, a tendência é que o investigador desconsidere todos os comportamentos que infringirem as regras estabelecidas neste “contrato”. Os autores concluem que as técnicas de recolha de dados consideradas participativas correm o risco de estabelecer normas rígidas de engajamento, condição que dificilmente seria propícia à escuta das vozes consideradas “insurgentes”.

A preocupação dos investigadores da infância em utilizar técnicas de recolha de dados amigáveis para as crianças e para as suas vozes ancora-se na ideia de que estas seriam capazes de trazer a perspectiva autêntica das crianças. Em geral, a autenticidade desejada está relacionada ao facto de as metodologias aplicadas serem mais ou menos eficazes, ao ponto de possibilitarem a fala da criança. James (2007) refere, a propósito das questões da autenticidade na pesquisa com crianças, que esta deve ser interrogada e não meramente assumida. Interrogada no sentido de questionar o modo como se constrói a relação de pesquisa entre adultos e crianças e ainda o modo como se salvaguardam as questões de poder e se criam condições para que a autenticidade se possa exprimir e não ficar ocultada ou refém na impossibilidade de a criança se assumir como sujeito, como ator no processo de construção de conhecimento.

Nesse ponto de vista, caberia ao pesquisador encontrar as formas mais adequadas de extrair as vozes infantis, sendo o sucesso ou fracasso desse empreendimento atribuídos ao manejo, realizado pelo adulto, das técnicas mais adequadas (SPYROU, 2016). Diante desse raciocínio, se estabelece entre o adulto pesquisador e a criança pesquisada uma relação “sujeito-objeto” firmada numa relação díspar de desequilíbrio de poder em que um supõe

deter a “fórmula” ideal para fazer o outro falar, ainda que essa atitude, obviamente, seja planejada com as melhores intenções por pesquisadores comprometidos com a promoção e respeito aos direitos das crianças.

Não estamos com isso realizando críticas à utilização de ferramentas ou técnicas participativas, que consideramos essenciais para transitar nos mundos de vida das crianças, mas sim refletindo acerca das nossas práticas de investigação, ávidas por ouvir a voz da criança, mesmo que para tal, muitas vezes, tais práticas sejam cuidadosamente planejadas e estrategicamente executadas por profissionais sensíveis ao campo, que caminham no fio da navalha entre a necessidade de recolher dados subordinados a uma determinada agenda de investigação e à vontade de providenciar meios para as crianças fazerem ouvir as suas vozes. É necessária uma vigilância epistemológica para evitar que as técnicas utilizadas para coleta de dados não se transformem num elemento que polariza a relação adulto-criança e que subordina a voz da criança à voz do adulto. Esses instrumentos precisam ser pontes que atravessam a relação de pesquisa e potencializam processos de subjetivação e não obstáculos desarticuladores dos sentidos da investigação. É por esse motivo que concordamos com Gallacher e Gallagher (2008) quando afirmam que o relacionamento entre crianças e investigadores num contexto de pesquisa, deve ser compreendido como um processo aberto e imprevisível – assim como a própria infância – acrescentamos nós. Na mesma linha, Danelon (2015) alerta-nos para a urgência de compreender a infância enquanto alteridade e novidade:

Por ser um estranho e trazer em seu ser a possibilidade de renovação do mundo, a infância é a própria desestruturação do mundo adulto organizado. Por não sabermos o que é e nem sabermos o que será, a infância pode ser tudo

aquilo que menos queremos que seja, desconstruindo assim, nossa geometria social. (DANELON, 2015, p. 217)

Aceitar e lidar com a imprevisibilidade dos comportamentos infantis, considerar todas as formas de expressão faladas ou silenciadas, as insurgências e recusas como informações relevantes dentro de um processo que é de coconstrução retira o pesquisador do lugar de “coletor de dados” e o coloca na posição de inventor/promotor/ de realidades copartilhadas com a criança dentro de um processo que é sim investigativo, mas, sobretudo, criador.

Ilustrativo desse desafio é o testemunho que podemos encontrar no trabalho de Santos (2011), quando a propósito da obtenção de consentimento informado, uma criança desafia a investigadora com a seguinte afirmação:

– Que cena, esta pergunta: se nós queremos! Não queres que a gente te diga que não pois não?

– Tu é que decides se queres participar no estudo, és tu quem escolhes. Eu só te estou a perguntar se realmente queres participar ou não, e se quiseres podes sempre optar por desistir no decorrer do processo!

– Eu não disse que não queria!

– Mas disseste que eu não ia gostar se vocês optassem por não participarem, não foi?

– Foi, mas esquece! Claro que quero participar! Vais dar alguma coisa depois a nós?

– Vou dar atenção, carinho...

– Tá bem! Eu tava na tanga contigo! Vá! Mostra lá o trabalho. Estou ansiosa para saber o que é. Ainda por cima quem manda sou eu! (Nota de campo nº 37, fevereiro /11)

Essa narrativa entre a pesquisadora adulta e a criança participante na pesquisa traz-nos de uma forma ímpar várias dimensões que fomos dissecando teoricamente, sublinhando nós duas: a da criança competente e reflexiva,

que surpreende e desafia o adulto quando re-mata a conversa dizendo “...eu estava na tanga contigo! Vá! Mostra lá o trabalho. Estou ansiosa para saber o que é. Ainda por cima quem manda sou eu!”. A partir de Facca, Gladstone e Teachman (2020), concordamos que, sendo a voz produzida a partir de relações entre sujeitos e enquadrada em contextos situados com as suas características, ela será sempre relacional. Será, portanto, profundamente redutor considerá-la como posse interior de um indivíduo ou mesmo considerá-la como autêntica, devendo, ao invés, considerar-se que os seus significados são sempre situados e abertos a múltiplas interpretações. Quantos desafios semelhantes a esse terão ficado esquecidos nas notas de campo de muitos investigadores, desconsiderando-os enquanto material relevante, por se afastarem de um determinado protocolo de investigação, mais ou menos rígido, mas sobretudo pouco reflexivo e respeitador das vozes não esperadas das crianças?

Dessa narrativa, e com a afirmação de “*Que cena, esta pergunta: se nós queremos! Não queres que a gente te diga que não, pois não?*”, recuperamos os desafios que os diálogos intergeracionais trazem à pesquisa, e também a necessidade de desenvolver uma vigilância epistemológica relativamente ao modo como gerimos as relações de poder entre adultos e crianças, de forma a ir além da ideia de “corpo dócil” ou corpo obediente defendido por Foucault (2010), enquanto “corpo” que “pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. [...] em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (p. 75). Quando a criança autora dessa afirmação confronta o adulto com a inevitabilidade de ter que participar, parece trazer com ela um modo de estar e de se relacionar com os adultos, no qual não haveria espaços de negociação e

muito menos de enfrentamento do poder do adulto. Entretanto, o prosseguimento do diálogo demonstra que a própria criança tensiona essa condição, abrindo espaço para dialogar sobre a sua participação, provavelmente por estar diante de um pesquisador adulto que lhe proporcionou o questionamento das relações de poder no *setting* de pesquisa. O descaso desse aspecto poderia ter efeitos perversos nos modos de produção de voz das crianças, tanto mais quanto o adulto não for sensível ao modo como a sua autoridade enquanto adulto é o reflexo das formas dominantes da sociedade:

[...] o adulto não pensa como social essa autoridade que exerce sobre a criança. Considera-a natural. A criança deve submeter-se ao adulto, que lhe é naturalmente superior. E os pais, que são tais por um fato da natureza, têm direitos prioritários sobre a criança. O adulto transforma assim a dependência social da criança em dependência natural. Faz assim da obediência uma falta indesculpável contra os seus direitos de adulto. (CHARLOT, 2014, p. 171)

Apresentamos, ainda, mais um exemplo que interpela o poder do adulto, a sua figura de poder na investigação, que nunca seria alvo de reflexão se o adulto investigador em causa não tivesse desocultado o episódio e refletisse criticamente acerca do mesmo:

Ao chegarmos na sala proposta para a 'atividade', iniciamos a apresentação da nossa proposta para aquele dia, esclarecendo os direitos das crianças à privacidade, ao anonimato e solicitando a elas que naquela primeira reunião escolhessem os nomes que elas gostariam de ser tratadas durante o período de escrita da tese. Além disso, solicitamos a anuência das crianças para realizar a filmagem das nossas atividades, ressaltando em todos os momentos, que elas tinham a liberdade de decidirem sobre a sua participação ou não na pesquisa, podendo desistir a qualquer momento. Quando questionamos sobre a filmagem, algumas crianças se mostraram eufóricas, pedindo para serem filmadas a partir daquele exato instante. No entanto, outras

pareciam meio em dúvida e como a atividade só poderia ser filmada se todos concordassem, esperamos mais um pouco para iniciarmos a gravação, até que democraticamente se decidiu pelo uso da filmadora, com a concordância de todas as crianças presentes. Esse processo levou aproximadamente dez minutos, mas as crianças estavam tão inquietas e impacientes que parecia que já estávamos na sala há muitas horas. André, a criança que havia me avisado que estava indo participar apenas para atrapalhar a atividade, estava cumprindo a sua promessa. Ele assobiava sem parar, fazendo um som estridente a partir da junção das suas mãos e o seu sopro. Quando ligamos a câmera, muitos dos meninos começaram a passar para trás de Thaís com o intuito de verem o que estava sendo filmado. Poucos desses meninos, prestavam de fato atenção ao que eu dizia. Quando olhei pra João percebi que ele havia simplesmente desmontado o tripé da câmera de filmar e estava com os parafusos entre os dedos dos pés. Interrompi o que estava falando e fui a procura dos pedaços do tripé que não era meu. Voltei a minha atenção às poucas crianças que estavam ouvindo o que eu dizia e fiz a proposta da atividade, que objetivava definir os nomes que seriam tratados na investigação. João disse que não queria participar e que queria ser levado de volta pra instituição. Thaís foi então levá-lo enquanto eu permanecia fazendo a atividade. Nesse momento, André saiu da sua cadeira e senta na janela. Como ele não me parecia em perigo e para não reforçar as suas tentativas de atrapalhar a atividade, o ignorei. No entanto, alguns educadores passavam lá embaixo e começaram a gritar dizendo que um menino ia cair da janela. Pedi a André que saísse e ele milagrosamente aceitou. Thaís voltou e assim que entrou na sala, André disse que queria ir embora também. Ela novamente se dispôs a voltar a instituição para levá-lo. Contudo, no meio do caminho, André resolve se debruçar na sacada de outra janela e mais uma vez causa alvoroço entre as pessoas que passavam. Nesse momento, a gerente do espaço entra na sala e diz que está super preocupada pois ligaram para ela dizendo que uma criança estava ameaçando se jogar da janela. Ainda foi possível obter os nomes escolhidos por algumas crianças, mas a atividade teve

que ser interrompida. Voltamos para a instituição, com o orgulho em frangalhos e nos despedimos das crianças e técnicos. Eu tinha quase certeza que jamais voltaria àquele espaço. (SANTANA (2007), Diário de Campo, 27/03/2006)

De um caótico momento de entrada em campo, que desafiou a autoridade do adulto investigador até ao limite, levando-o mesmo a ponderar na altura do episódio a abandonar a investigação, reergueu-se um posicionamento crítico e sensível do mesmo, ao considerá-lo relevante e não o manter invisível, de modo a proteger o seu perfil de investigador. A opção por um outro posicionamento é reveladora de uma postura de investigação profundamente respeitadora das vozes das crianças, quer durante o processo de recolha de informação, quer durante o processo de análise dos dados. Em qualquer um dos momentos, as vozes dessas crianças não foram silenciadas, indo de encontro ao que James (2007) defende – a ideia de armadilha da autenticidade quando falamos das vozes das crianças nos textos científicos. Refere a autora que o problema da autoridade e da autoria não se tem colocado na investigação com crianças. Sendo os adultos que escrevem os textos, são eles que detêm o poder sobre as vozes das crianças. Acrescentamos nós, que se este adulto-investigador não tiver uma base epistemológica forte, que valorize o sujeito-criança como um outro com uma voz que exige respeito, dificilmente será respeitador da autoria devida e se deixará enredar nas armadilhas da autoridade e de relações de poder hierarquizadas, que inevitavelmente deixarão invisíveis vozes incômodas, que fogem ao esperado e ao planeado pelo investigador.

Para rematar esta discussão, deixamos em jeito de provocação a ideia de que em muitos processos de pesquisa aqueles que mais beneficiam das vozes recolhidas são os que ouvem e não os que falam.

Rematando

O avanço das pesquisas no campo dos estudos da criança, como dito anteriormente, significou o incremento de investigação com crianças, com incorporação de ferramentas técnicas de recolha de informação cada vez mais amigáveis para as crianças e preocupadas em captar e ampliar as suas vozes. O desenvolvimento de todo campo do saber, inevitavelmente caminha para novas problematizações, outras transversalidades que passam a provocar torções nos pensamentos já estabelecidos, questionar práticas e produzir novas ideias capazes de alargar ainda mais o campo, e a esse propósito têm sido abundantes as reflexões sobre o conceito de voz, passado um período inicial de encantamento acrítico acerca do mesmo.

Nesse processo de subversão do pensamento dentro do campo dos estudos da criança no contexto europeu, o debate sobre o silêncio surge como uma fissura nas muralhas que vinham se construindo em torno do conceito de voz. A dimensão do silêncio vem despontando como um dos aspectos de desconstrução e reconstrução do conceito de voz, porque, ao incorporar a análise e interpretação dos silêncios, amplia-se a complexidade de compreensão daquele conceito. Em alguma medida, é como se as recentes construções em torno do conceito de silêncio estivessem a questionar o que falta aos estudos sobre voz.

Diante do que falta, das ausências, dos não ditos, eis que se inaugura com Lewis (2010) um debate sobre o silêncio na pesquisa com crianças. Atentar para as questões não ditas, não faladas e refletir sobre elas como uma dimensão da voz infantil amplia as possibilidades de análise e afasta o pesquisador da “cruzada moral pela voz”, expressão utilizada por Lewis (2010) para referir-se à busca desmesurada pela voz infantil, em detrimento de aspectos

éticos relevantes aos processos de pesquisa. A autora sugere que os silêncios possam ser reconhecidos, anotados, respondidos, interpretados e relatados, desenvolvendo-se assim metodologias de silêncio, juntamente com metodologias de voz.

De forma complementar aos estudos de Lewis (2010), Spyrou (2016) aborda a importância de considerar o silêncio na pesquisa com crianças como um aspecto relevante nos estudos sobre voz, por considerar que os estudiosos da infância falharam na tarefa de examinar criticamente os aspectos mais complexos e problemáticos que constituem o silêncio. Não se trata apenas de entender os silêncios como “ausência de fala” como pode vir a ocorrer numa entrevista, por exemplo. Spyrou (2016) refere o silêncio como um continuum e não como interrupção do discurso. Ademais, refere-se aos silêncios como aquilo que faltou não apenas no discurso falado: o que não foi desenhado, as imagens que não foram enquadradas numa fotografia ou a recusa em participar de uma atividade. Para Mazzei (2004), o silêncio não é omissão nem ausência de material empírico, mas é significativo e intencional e, portanto, deve ser levado em consideração ainda que seja um aspecto mais sutil a ser observado pelo pesquisador. Avançando nessa ideia, Spyrou (2016) afirma que a subtileza em capturar o silêncio reside ainda no fato de que é preciso entender em qual medida ele é resultado dos desequilíbrios de poder entre adultos e crianças no processo de pesquisa. Nesse sentido, o autor considera que é preciso “cuidado e reflexividade extras” para compreender as delicadezas inscritas nos diversos tipos de silêncios.

No âmbito da pesquisa e do seu compromisso com as vozes das crianças, com os lugares assumidos pelo pesquisador-adulto e pela criança a esse propósito, que resultaram num significativo patrimônio teórico-metodológico

construído pelos estudos da criança nas últimas três décadas, parece-nos indispensável uma consolidação do campo através do fortalecimento dos seus pressupostos de base, entre eles o de voz.

Esse fortalecimento passa por uma vigilância epistemológica, quer para com os processos relacionais entre adultos e crianças, por onde perpassam equívocos, frustrações, mas também partilhas, quer para com os recursos metodológicos de que dispomos, os quais devem ser mobilizados considerando sempre o valor maior que sustenta os processos de pesquisa com crianças, que é o respeito pela sua alteridade. Essa vigilância epistemológica deve assegurar a alteridade das crianças, a qual se tece entre vozes e silêncios, entre ditos e não ditos, ancorada em processos de pesquisa respeitadores da complexidade envolvida nos processos de comunicação entre adultos e crianças. Parece-nos ser esse o caminho que nos permite ir além do modismo, da tão banalizada retórica pela voz da criança nos processos de pesquisa. Um caminho eticamente informado, respeitador da alteridade das vozes infantis e dos modos como elas fazem parte dos processos de pesquisa.

Referências

- ASHBY, Christine. Whose voice is it anyway? Giving voice and qualitative research involving that type to communicate. **Disability Studies Quarterly**, v. 31, nº 4, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/297657463_Whose_Voice_is_it_Anyway_Giving_Voice_and_Qualitative_Research_Involving_Individuals_that_Type_to_Communicate. Acesso em: 20 jun. 2020.
- CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. São Paulo: Cortez, 2014.
- CHRISTENSEN, Pia & JAMES, Allison. **Research with children: perspectives and practices**. London: Falmer Press, 2000.

- CORSARO, William. **A Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CRUDDAS, Leora. Engaged voices—dialogic interaction and the construction of shared social meanings, **Educational Action Research**, v. 15, n. 3, p. 479-488, 2007. Disponível em: [DOI: 10.1080/09650790701514937](https://doi.org/10.1080/09650790701514937).
- DANELON, Márcio. A infância capturada: escola, governo e disciplina. In: RESENDE, Haroldo de. **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 217-239.
- DENZIN, Norman & LINCOLN, Yvonna (ed.). **Handbook of qualitative research**. Sage, Thousand Oaks, 2000.
- FACCA, Danica; GLADSTONE, Brenda; TEACHMAN, Gail. Working the Limits of “Giving Voice” to Children: A Critical Conceptual Review. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 19, 1-10, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1609406920933391>.
- FERNANDES, Natália. Infância, direitos e participação. **Representações, práticas e poderes**. Porto: Edições Afrontamento, 2009.
- FERNANDES, Natália. A investigação participativa no grupo social da infância. **Currículo sem Fronteiras**, Pelotas, v. 6, n. 1, p. 25-40, Jan-Jun 2006. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1articles/soares.htm> Acesso em 15 mai. 2020.
- FERNANDES, Natália. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21 n. 66 jul.-set., p. 759-779, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216639>.
- FERNANDES, Natália & MARCHI, Rita. A participação das crianças nas pesquisas: nuances a partir da etnografia e na investigação participativa. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25 e250024, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782020250024>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- FERREIRA, Manuela. “A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos!” – As crianças como actores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no cotidiano de um jardim de infância. 736p., Tese (Doutoramento em Ciências da Educação). Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2002.
- FERREIRA, Manuela. “ Ela é a nossa prisioneira!” Questões teóricas, epistemológicas e ético- metodológicas a propósito dos processos de obtenção da permissão das crianças pequenas numa pesquisa etnográfica. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 2, p. 151-182, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rea.v18i2.1524>.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.
- GALLACHER, Lesley-Anne & GALLAGHER, Michael. Methodological immaturity in childhood research: thinking through “participatory methods”. **Childhood**, Thousand Oaks, v. 15, n. 4, p. 499-516, 2008. <https://doi.org/10.1177/0907568208091672>
- HUTCHBY, Ian & MORAN-ELLIS, Jo (eds.). **Children and Social Competence: Arenas of Action**. London: Falmer Press, 1998.
- HYMES, Dell. **Ethnography, linguistics, narrative inequality: Towards an understanding of voice**. London: Taylor and Francis, 1996.
- JAMES, Allison. Giving voice to children’s voices: practices and problems, pitfalls and potentials. **American Anthropologist**, vol. 109, issue 2, p. 261-272. June, 2007. DOI: 10.1525/aa.2007.109.2.261.
- JAMES, Allison. & PROUT, Alan. **Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood**. London: Falmer Press, 1990.
- JAMES, Allison; JENKS, Chris; PROUT, Alan. **Theorising childhood**. London: Polity, 1998.
- JENKS, Chris. **The sociology of childhood: essential readings**. Hampshire: Gregg revivals 1ª publicação 1982, Batsford academic and Ed, 1992.
- KELLETT, Mary. **Rethinking children and research**. London: Continuum, 2020.
- KOMULAINEN, Sirka. The Ambiguity of the Child’s ‘Voice’ in Social Research. **Childhood**, 14 (1), p. 11-28, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0907568207068561>.

- LEWIS, Ann. Silence in the Context of 'Child Voice'. **Children & Society**, volume 24, p. 14-23, 2010. Disponível em: [DOI:10.1111/1099-0860.2008.00200](https://doi.org/10.1111/1099-0860.2008.00200).
- MALAGUZZI, Loris. História, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As Cem Linguagens da Criança**: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 59-104.
- MAYBIN, Janet. Towards a sociocultural understanding of children's voice. **Language and Education**, 27(5), p. 383-397, 2012. Disponível em: [DOI: 10.1080/09500782.2012.704048](https://doi.org/10.1080/09500782.2012.704048). Acesso em: 5 maio 2020.
- MAZZEI, Lisa. Silent Listeners: Deconstructive Practices in Discourse-Based Research. **Educational Researcher**, 33 (2), p. 26-34, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.3102/0013189X033002026>.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Cotidianos aprendentes: Nilda Alves, Regina Leite Garcia e as lições nos/dos/com os cotidianos. **Momento**, v. 25, n. 1, p. 33-49, jan./jun, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/6108>. Acesso em: 9 maio 2020.
- PEREIRA, Rita Marisa. Por uma ética da responsividade: exposição de princípios para pesquisa com crianças. **Currículo sem Fronteiras**, Pelotas, v. 15, nº 1, p. 50-64, jan-abri 2015. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/pereira.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- QVORTRUP, Jens. **Childhood as a social phenomenon**: an introduction to a series of national reports. Vienna: European Centre for social Welfare Policy and Research, 1991.
- REY, Fernando González. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade**. Os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.
- SANTANA, Juliana. **Cotidiano, expressões culturais e trajetórias de vida: Uma investigação participativa com crianças em situação de rua**. 310p., Tese de Doutorado (Doutoramento em Estudos da Criança). Programa de Doutoramento em Estudo da Criança, Universidade do Minho, Instituto de Educação, 2007.
- SANTOS, Susana. **Olhares das crianças institucionalizadas sobre os seus direitos**. 138p., Dissertação (Mestrado em Sociologia da Infância). Mestrado em Estudos da Criança, Área de Especialização em Sociologia da Infância, Universidade do Minho, Instituto de Educação, 2011.
- SARMENTO, Manuel Jacinto & MARCHI, Rita de Cássia. Radicalização da infância na segunda modernidade. Para uma Sociologia da Infância crítica. **Configurações**, Revista do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, nº 4: p. 91-113, 2008. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/36735>. Acesso em: 5 maio 2020.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: correntes, problemáticas e controvérsias. **Sociedade e Cultura**. Cadernos do Noroeste. Série Sociologia. 13 (2), p. 145-164, 2000. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=940767>. Acesso em: 6 maio 2020.
- SPYROU, Spyros. Researching children's silences: Exploring the fullness of voice in childhood research. **Childhood**, 23 (1), p. 7-21, 2016. Disponível em: [DOI: 10.1177/0907568215571618](https://doi.org/10.1177/0907568215571618).
- SPYROU, Spyros. The limits of children's voices: from authenticity to critical, reflexive representation. **Childhood**, Thousand Oaks, v. 18, n. 2, p. 151-165, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0907568210387834>.
- TOMÁS, Catarina. **Há muitos mundos no mundo**. Cosmopolitismo, participação e direitos da criança. Porto: Edições Afrontamento, 2011.
- WOODHEAD, Martin. Psychosocial Impacts of Child Work: A Framework for Research, Monitoring and Intervention, **International Journal of Children's Rights**, v. 12, p. 321-77, 2004. Disponível em: <http://oro.open.ac.uk/6774/>. Acesso em: 19 fev. 2020.

Recebido em: 07/07/2020

Revisado em: 14/08/2020

Aprovado em: 18/08/2020

Natália Fernandes é doutora em Estudos da Criança, área de especialização em Sociologia da Infância pelo Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho. Professora da Universidade do Minho, Instituto de Educação. Investigadora no Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC). E-mail: natfs@ie.uminho.pt

Luciana França Souza é doutoranda no Programa de Doutorado em Estudos da Criança, área de especialização em Infância, Cultura e Sociedade, no Instituto de Educação da Universidade do Minho. Investigadora no Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC). E-mail: lufs80@gmail.com